



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

01, 02, 03 e 04 de maio 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 01/05/2015
Assunto: Negociações		Página: 10

DIÁRIO CATARINENSE

A RETOMADA

Documento firmado pelo secretário Eduardo Deschamps e pelo coordenador de Negociações do governo, Décio Vargas, comunica ao Sinte a disposição do governo de retomada das negociações com os professores em greve. Antecipa que precisa de prazo de 30 dias para análise do impacto financeiro das propostas. E mantém a mesma condição: as negociações só acontecerão se a greve acabar.

A RESPOSTA

O coordenador do Sinte, professor Luiz Carlos Vieira, foi curto: "O governo não quer negociar conosco. Exige o fim da greve para negociar. Os professores não confiam no governo pelos antecedentes. Não temos garantias de negociação real com o fim da greve". A decisão, contudo, será tomada segunda-feira em nova reunião do comando de greve.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Notícias

Data: 01/05/2015

Assunto: Descontos

Página: 13

DIÁRIO CATARINENSE

Justiça de SC libera governo a descontar

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC) decidiu ontem que a Secretaria Estadual de Educação (SED) tem o direito de descontar os dias não trabalhados do salário dos professores estaduais em greve.

O despacho assinado pelo desembargador Jorge Luiz de Borba afirma que “não há, em princípio, o direito à contraprestação respectiva” quando há interrupção da prestação de serviços do servidor público.

A categoria está parada em SC há 39 dias e o principal ponto de discussão é o novo plano de carreira do magistério, em fase de desenvolvimento pelo Governo de SC. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte-SC) afirma que já está tomando as medidas judiciais e que vai recorrer da decisão do TJ.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 04/05/2015
Assunto: Negociações		Página: 08

DIÁRIO CATARINENSE

A CABEÇA

A nova proposta do governo para retomada das negociações com os professores será analisada hoje pelo comando da greve. Nova assembleia estadual foi convocada para quarta-feira. O Sinte avalia que na queda de braço com o governo está a crise com o PMDB. Há setores apoiando os grevistas porque estariam apostando na queda do secretário Eduardo Deschamps. O PMDB está de olho no cargo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Roberto Azevedo

Data: 01/05/2015

Assunto: Negociações

Página: 02

Notícias do Dia

Condição

Secretaria da Educação garante que em 30 dias, prorrogáveis por mais 30, não apresentará à Assembleia o projeto da nova carreira do magistério, condição essencial para retomar as negociações com o Sinte, devido ao impacto financeiro que o pedido de 13,01% para toda a categoria, não apenas aos que ficaram com os salários abaixo do piso nacional. O item consta do documento encaminhado, ontem, ao sindicato que representa os professores, ato que pode abreviar a greve, até porque o Tribunal de Justiça deu sinal verde para o governo descontar o dia parados de quem aderiu ao movimento, o que levará o Sinte a fazer reunião extraordinária na segunda-feira.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Roberto Azevedo

Data: 01/05/2015

Assunto: Negociações

Página: 02

Notícias do Dia



ff

Sinto que há boa vontade do governo, do secretário Eduardo Deschamps para encontrar o consenso, mas alertei que enviar para a Assembleia o projeto da nova carreira do magistério agora, do jeito que está, não passa.”

VALDIR COBALCHINI, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA ASSEMBLEIA, DEPOIS DE SE REUNIR COM OS SECRETÁRIOS DA CASA CIVIL E DA EDUCAÇÃO



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Roberto Azevedo

Data: 01/05/2015

Assunto: Negociações

Página: 02

Notícias do Dia

Estudo

Natalino Lázare deverá ser procurado pelo secretário Eduardo Deschamps na próxima semana. Os assessores do parlamentar fizeram um estudo em cima da proposta de nova carreira do magistério e encontraram divergências com o que o governo considera avanços para a categoria.

Afinados

Depois de se reunir com o secretário Eduardo Deschamps, o deputado Valdir Cobalchini (PMDB), presidente da Comissão de Educação da Assembleia – que prega o entendimento prévio para que a matéria da nova carreira chegue ao Legislativo –, fez uma descoberta interessante. Ao sair do gabinete de Eduardo Deschamps, encontrou a deputada Luciane Carminatti (líder do PT) e descobriu que os três apontamentos que fez sobre o projeto, e que, garante, precisam de melhoria, são os mesmos considerados pela colega de oposição.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Paulo Alceu

Data: 01/05/2015

Assunto: Negociações

Página: 27

Notícias do Dia

Proposta

O governo volta a negociar com os professores desde que eles retornem às salas de aula. Está no documento enviado ontem ao Sinte, deixando claro que num período mínimo de 30 dias, prorrogáveis por mais 30, não tramitará na Assembleia nenhum projeto referente à descompactação da carreira. E esses dias são necessários, inclusive, para adaptações e cálculos de impacto financeiro. Ou seja, aberto para conversar...



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Paulo Alceu

Data: 01/05/2015

Assunto: Descontos

Página: 27

Notícias do Dia

Complicou

O governo do Estado, por meio da Procuradoria Geral, conquistou uma liminar na Justiça garantindo o desconto dos dias parados de professores que estão em greve. O Sínte vai recorrer, mas foi criado mais um impasse...



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 01/05/2015
Assunto: Protestos		Página: 27

Notícias do Dia

DESCONFIANÇA

Acampar na Assembleia é uma ação que, segundo a interpretação do Sinte, defende os interesses da categoria e mantém uma vigília junto ao Legislativo. Mas há quem desconfie que entre os manifestantes não existam professores. Tem gente que evita dizer para que escola leciona. Por que?



Notícias do Dia

NEGOCIAÇÃO INICIA APÓS FIM DA GREVE

KELI MAGRI

keli.magri@noticiasdodia.com.br

 @ND_Online

A Secretaria da Educação respondeu ontem ao escritório do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado), entregue na terça-feira ao governo, com reivindicações da categoria e o pedido da retomada das negociações. No documento, o governo alega aceitar rever o pagamento do reajuste de 13% do piso nacional à carreira, mas condiciona a retomada das negociações ao fim da greve.

Assinado pelo secretário da Educação, Eduardo Deschamps, o documento afirma que o governo

aceita criar a mesa de negociações e discutir três dos quatro itens solicitados pelo Sinte. O sindicato pede a manutenção dos direitos conquistados pela classe, a anistia das faltas de 2012 a 2015, o pagamento do reajuste do piso na carreira, retroativo a janeiro deste ano, e a suspensão de envio do projeto do novo Plano de Cargos e Salários à Assembleia Legislativa durante as negociações.

Em resposta, o governo pede prazo de 30 dias, prorrogável para mais 30, a partir da primeira reunião da mesa de negociações, para calcular o impacto financeiro das propostas do Sinte. Neste período, a secretaria se compromete em não

enviar o projeto para a Assembleia. Apesar da abertura, a secretaria afirma que a "normalização das atividades escolares, com vistas à manutenção integral do serviço prestado, é condição essencial para a retomada das negociações".

O presidente do Sinte, Luiz Carlos Vieira, informou que a categoria recebeu o documento, que será analisado pelo comando de greve na segunda-feira, às 9h, dois dias antes da assembleia estadual, marcada para quarta-feira, às 14h, no CentroSul. "Os dois eventos direcionarão o movimento. Por enquanto, a greve continua", disse Vieira. Enquanto isso, também prossegue a ocupação na Alesc.

Justiça autoriza descontar faltas

Em decisão liminar, ontem, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina assegurou à Secretaria de Educação o direito de descontar os dias não trabalhados do salário dos professores em greve. O desembargador Jorge Luiz de Borba se manifestou na "ação declaratória de legalidade de greve" proposta pelo Sinte. Ele determinou que somente podem ser aplicadas sanções administrativas aos grevistas em casos de abusos no movimento e respaldou a possibilidade de "descontar dos vencimentos dos grevistas os dias não trabalhados".

Na decisão liminar, o desembargador afirma que a jurisprudência do tribunais superiores é firme no sentido de que é legítimo o ato da administração que promove o desconto dos dias não trabalhados pelos servidores públicos.

O presidente do Sinte, Luiz Carlos Vieira, considerou a decisão do desembargador "autoritária". "Mostra que o Judiciário está do lado do Sinte. Essa decisão é uma punição ao

Paralisação já dura 39 dias

A greve se iniciou em 24 de março, tendo como principal reivindicação o plano de carreira do magistério. A primeira ação da categoria foi a ocupação da Alesc por dois dias para pedir a revogação da MP (Medida Provisória) 198, que alterava o salário dos professores admitidos em caráter temporário. Os professores chegaram a invadir uma sessão da Comissão de Justiça antes mesmo de iniciar a greve e conseguiram mobilizar deputados contra a MP. No dia 7 de abril, a MP foi retirada de pauta pelo governo. Depois da retirada, a proposta do novo plano de carreira do magistério foi entregue ao sindicato, que avaliou o documento e, após assembleia da categoria no dia 14 de abril, decidiu manter a greve.

O governo, além de readequar o reajuste dos professores temporários, se compromete a descompactar a tabela salarial, mas resistiu em itens considerados essenciais pelo sindicato. Alega não haver orçamento para reajustar o piso para toda a carreira.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 04/05/2015
Assunto: Protestos		Página: Online



Trabalhadores em educação fazem paralisação em 15 estados

Os trabalhadores em educação das redes estaduais de 15 estados e das redes municipais de pelo menos seis cidades paralisaram no último dia 30 as atividades para reivindicar melhorias no ensino, nas condições de trabalho e na infraestrutura das escolas, além de uma maior valorização.

A greve foi convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), como parte da 16.^a Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, que terminou no dia 1.^o

"Infelizmente, a educação pública não está sendo tratada como deve", diz o presidente da confederação, Roberto Leão, "Escola pública não é algo que diz respeito aos trabalhadores apenas, é da sociedade, e a sociedade precisa se levantar e defender essa educação, cobrar políticas dos estados e municípios."

De acordo com Roberto Leão, as redes estaduais de Alagoas, do Amazonas, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, do Rio Grande do Norte, de Rondônia e do Piauí somaram-se às redes já em greve da Paraíba, de Pernambuco, do Paraná, de Santa Catarina, de São Paulo e do Pará. Em relação às redes municipais, aderiram o movimento as de Maceió, João Pessoa, Macapá e de Santo Antônio de Leverger, Barão de Melgaço e Pedra Preta (MT). Os dados municipais ainda estão sendo consolidados e o número pode subir.

Entre as reivindicações dos trabalhadores estão o cumprimento do piso salarial do magistério, que é R\$ 1.917,78 para uma jornada de 40 horas e formação de nível médio, dos planos de carreira e das metas e prazos do Plano Nacional de Educação (PNE). Eles pedem ainda equiparação à média salarial de outras categorias do funcionalismo público e protestam contra a terceirização.

Para a CNTE, o Brasil precisa aumentar os investimentos educacionais na proporção de 10% do PIB, ao longo da próxima década – tal como prevê o PNE. Para isso, a entidade pede a imediata vinculação de novos recursos para a área além dos royalties do petróleo.

A confederação considera que as medidas provisórias 664 e 665 dificultam o acesso ao seguro-desemprego, ao abono salarial, ao auxílio-doença e às pensões por morte e representam sério retrocesso para os trabalhadores. A confederação também repudia o Projeto de Lei 4.330/04, que visa a instituir a terceirização ilimitada nas empresas privadas. Para a confederação, se for aprovado, poderá trazer consequências graves para os trabalhadores de todo país.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Os trabalhadores também se solidarizaram aos professores do Paraná. "O dia se tornou um dia de manifestação de repúdio à atitude covarde do governador Beto Richa, que ontem agrediu, massacrou os trabalhadores de educação em Curitiba", disse Leão.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 04/05/2015
Assunto: Percentual	Página: Online	



Escolaridade do brasileiro sobe 8 pontos percentuais em 10 anos

A escolaridade do brasileiro subiu 8 pontos percentuais na última década, mostra pesquisa divulgada no último dia 30 pelo Instituto Data Popular. Em 2003, 28% da população ocupada tinham o ensino médio incompleto ou completo.

Em 2013, o percentual subiu para 36%. Já o total de trabalhadores com formação universitária completa aumentou de 12% para 14% em dez anos, enquanto o de trabalhadores com ensino fundamental incompleto ou completo diminuiu de 50% para 43%.

De acordo com a pesquisa, os trabalhadores também estão ganhando mais. O rendimento médio, em 2003, era R\$ 1.305 e subiu para R\$ 1.898, em 2013. O presidente do Instituto Data Popular, Renato Meirelles, disse à Agência Brasil que a renda do trabalhador aumentou, basicamente, em função da política de aumento real do salário mínimo que ocorreu no Brasil nos últimos dez anos e da expansão da escolaridade.

"Na prática, isso aumentou o salário base dessas pessoas. Teve o aumento da formalização e o aumento real do salário mínimo. Em paralelo a isso, a gente começou a ver o aumento da escolaridade média das pessoas, que ainda é aquém do que todos nós gostaríamos, mas foi um crescimento que veio para ficar". Meirelles informou que hoje, 75% dos jovens trabalhadores do país estudaram mais do que seus pais.

Segundo o presidente do Data Popular, criou-se no Brasil um círculo virtuoso com alvo no aumento médio da escolaridade das pessoas, de um lado, ao mesmo tempo que mostra a importância efetiva de se ter uma política de valorização real do salário mínimo. "Porque muita gente conseguiu ter mais condições de estudo devido ao aumento da renda média em geral".

Meirelles lembrou que anteriormente, os filhos paravam de estudar para ir trabalhar. Por isso, segundo ele, a existência dessa cultura de que a melhora da escolaridade era concorrente com o mercado de trabalho se estendeu por muitos anos. "Porque, para conseguir sustentar a família, as pessoas tinham que parar de estudar para trabalhar". Esse modelo, disse, perpetuava a desigualdade. "Era como se quem nasceu pobre devesse ter profissão de pobre e quem nasceu rico, profissão de rico".

O presidente do Data Popular destacou que o aumento da escolaridade mudou o acesso a profissões e empregos que antes eram exclusivos de pessoas que tinham "berço", como se costumava designar, segundo ele, as pessoas de classe econômica mais alta. "Essas pessoas tinham melhores condições de estudo porque não eram obrigadas a parar de estudar para trabalhar", sustentou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

De acordo com Meirelles, cada ano de estudo representa 15% a mais no salário médio das pessoas até a universidade. Meirelles enfatizou que quando os brasileiros passaram a entender que quem estudou mais ganha mais, as famílias deixaram de enxergar o estudo como concorrente do trabalho e passaram a entender o estudo como uma ferramenta estratégica para que eles melhorem de vida de forma sustentável.

A pesquisa mostra ainda que, com o aumento da renda, cresceu também o número de brasileiros ocupados que ingressou na chamada nova classe média. Em 2003, 44% pertenciam à classe média; esse percentual evoluiu para 53%, em 2013. Também o número de trabalhadores da classe econômica alta mostrou expansão, saindo de 17% para 33% na década. A consequência foi a redução da participação da classe econômica baixa entre o pessoal ocupado, de 39% para 14%.

O levantamento constatou também que, no período de dez anos, o trabalho feminino passou a ter uma formalização mais significativa. Na década analisada, aumentou a participação das mulheres no mercado de trabalho. Em 2003, 40% dos trabalhadores eram mulheres. Em 2013, o percentual subiu para 42%. "Você passou a ter duas fontes de renda dentro de casa". Já a participação dos homens caiu de 60% em 2003, para 58%, em 2013.

Renato Meirelles ressaltou que a pesquisa constatou ainda que o trabalho é um valor para a sociedade brasileira. Não só o trabalho com a carteira assinada, mas o empreendedorismo. "Os brasileiros estão vendo que ter condições de se preparar melhor ou ter um filho melhor preparado para o mercado de trabalho é um bom plano de aposentadoria". Ou seja, com o filho melhor preparado, com nível de escolaridade mais elevado, a família estaria com o futuro garantido.

Na avaliação do presidente do Data Popular, a priorização do estudo representaria não só uma questão simbólica, do valor da educação, mas uma questão prática das famílias de entenderem que não existe previdência melhor do que ter um filho na universidade. "Os jovens da nova classe C entendem a responsabilidade que está pesando sobre os ombros deles com o futuro não só deles próprios, mas do resto da família".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 04/05/2015
Assunto: Fies		Página: Online



MEC diz que irá recorrer de decisão que prorroga prazo do Fies

O Ministério da Educação (MEC) informou que, assim que for notificado, vai recorrer da decisão da Justiça Federal de Mato Grosso que determinou a prorrogação do prazo de inscrição para novos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O juiz federal Raphael Cazelli de Almeida Carvalho acatou, na sexta-feira, em parte, uma ação civil pública movida pela Defensoria Pública da União solicitando "o imediato destravamento do SisFies [Sistema Informatizado do FIES], utilizado para realizar as inscrições para novas contratações" ou a imediata "disponibilização de meio alternativo de efetivação de inscrição no Fies".

A ação foi motivada pela grande quantidade de alunos que não conseguiram efetivar a inscrição devido a mensagens constantes de erro no sistema.

Em sua liminar, Cazelli determinou que a União e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) prorroguem o prazo de inscrição por tempo indeterminado para os alunos que tentavam ingressar no programa pela primeira vez e que também corrijam o funcionamento do SisFIES.

O juiz determinou, ainda, multa diária de R\$ 20 mil caso o governo não cumpra a prorrogação do prazo. A medida vale para todo território nacional até nova decisão judicial.

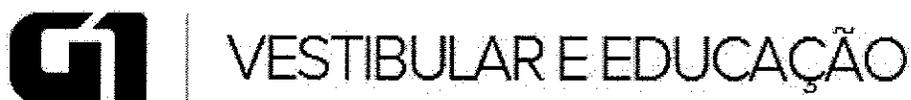
Para o juiz, a ausência de inscrição no programa obrigaria os estudantes a assumir o custo total das mensalidades, "podendo acarretar na desistência do curso, constrangimentos contratuais perante as IES [Instituições de Ensino Superior], dificultando, senão inviabilizando, a continuidade do curso."

O prazo para a adesão ao Fies terminou dia 30 de abril.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 04/05/2015
Assunto: Protestos		Página: Online



Professores da rede pública fazem greve em cinco estados

*Categoria paralisou atividades em SP, PA, SC, PE e PR.
Profissionais pedem revisão no plano de cargos e salários.*

Os professores da rede pública fazem greve em cinco estados do país. Além de São Paulo, onde a mobilização teve início no dia 13 de março, a categoria também paralisou as atividades em Pernambuco, Pará, Paraná e Santa Catarina.

As reivindicações incluem a revisão do plano de cargos e salários, melhores condições de trabalho e reajuste de vale-alimentação.

Pará

A greve dos professores no Pará teve início em 25 de março. A categoria reivindica pagamento do piso salarial nacional, de R\$ 1.917,78, e o cumprimento do plano de carreira unificado com outras profissões do estado.

Eles reclamam ainda da falta de concursos para a contratação de novos professores. Os docentes querem também reajuste do vale-alimentação e melhorias, como a reforma e construção de mais escolas. Segundo o governo, a folha de pagamento dos professores de abril será fechada de acordo com a última proposta apresentada nas negociações, que prevê uma lotação de 220 horas por professor, sendo 150 dentro de sala de aula e mais 70 horas suplementares.

Foi proposto ainda o pagamento dos retroativos dos meses de janeiro a março deste ano, em quatro parcelas. O valor, que chega ao montante de R\$ 100 milhões, seria pago em duas parcelas ainda em 2015 (agosto e novembro) e duas em 2016 (março e agosto).

Atualmente, 1.054 escolas atendem a cerca de 700 mil estudantes no sistema de ensino estadual do Pará. O Comando de Greve avalia que a paralisação atinge 94% das escolas da rede estadual, sendo que mais de 120 municípios aderiram à greve.

Segundo os professores, determinados itens da pauta de reivindicação permanecem pendentes. Os professores querem que o governo apresente melhorias nas propostas até então apresentadas para que haja de fato avanços na negociação.

Paraná

Os professores estão em greve no estado há seis dias. Uma assembleia marcada para terça-feira (5) deve definir sobre a continuidade ou não da mobilização. Quase um milhão de alunos estão sem aula por causa da paralisação.

Nesta sexta, a categoria fez uma passeata contra o confronto que terminou com mais de 200 feridos na quarta-feira (29). Os professores se concentraram na Praça 19 de Dezembro e seguiram em direção ao Centro Cívico.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

De acordo com Hermes Leão, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública (APP-Sindicato), 10 mil pessoas participaram do protesto. Já a Polícia Militar (PM), contabilizou três mil participantes.

Os professores são contra a aprovação do projeto de lei que promove mudanças no custeio da ParanaPrevidência, o regime próprio da Previdência Social dos servidores paranaenses. A proposta foi sancionada pelo governador Beto Richa (PSDB) na quinta (30). Com a sanção, a lei entra em vigor assim que publicada em "Diário Oficial", o que deve ocorrer nos próximos dias, segundo o governo.

Pernambuco

A greve já dura 21 dias no estado. Na quinta-feira (30), o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe) fez uma assembleia com a categoria, que chegou a interromper o trânsito em ruas do centro da cidade.

A categoria deve voltar a se reunir em assembleia na próxima segunda-feira (4), às 14h, no Centro de Convenções. Os professores reivindicam aumento de 13,01% para toda a categoria.

A proposta do governo estadual é aumentar o salário dos profissionais com ensino médio (antigo magistério), o que corresponde a 10% da categoria.

Santa Catarina

Mais de 50 pessoas passaram a noite acampadas na Assembleia Legislativa, em Florianópolis. Desde terça (28), alguns grevistas dormem no saguão da Alesc.

A greve teve início no dia 24 de março e, segundo o sindicato, a adesão é de 30% dos professores.

Já o governo afirma que apenas 10% dos profissionais estão em greve.

A categoria reivindica principalmente o plano de carreira do magistério estadual e mudanças na lei que trata dos direitos dos professores temporários. O governo apresentou uma proposta, que foi rejeitada pelos grevistas. Entenda melhor as reivindicações aqui.

São Paulo

A greve em São Paulo foi declarada no dia 13 de março. Na quinta-feira, a Apeoesp informou que entrou com pedido de dissídio coletivo no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). Uma audiência de conciliação foi agendada para a próxima semana.

Os professores reivindicam 75,33% para equiparação salarial com as demais categorias com formação de nível superior. Os professores também pedem melhores condições de trabalho.

A Secretaria de Estado da Educação diz ter dado reajuste de 45% no acumulado dos últimos quatro anos. A pasta diz que apresentou três propostas em reunião em 23 de abril, entre elas a manutenção de uma "política salarial pelos próximos quatro anos com data base em 1º de julho".

Entretanto, o governo não deu números e não detalhou qual seria a proposta de reajuste para o dissídio. As outras duas propostas citadas pela gestão do governador Geraldo Alckmin (PSDB) durante a reunião estão contidas em uma proposta de projeto de lei que ainda precisa ser enviado para a Assembleia.

O projeto prevê a inclusão dos professores temporários na rede de atendimento do Iamspe (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual) e estabelece a redução da exigência de 200 dias de intervalo a partir do terceiro contrato destes docentes (duzentena).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Coluna pelo Estado	Editoria: Coluna pelo Estado	Data: 04/05/2015
Assunto: Negociações		Página: Online

[PeloEstado]

“Enriquecimento sem causa”

O cabo de guerra entre o Sinte-SC e o governo do Estado continua. Na véspera do feriado do Dia do Trabalhador, a Secretaria de Estado da Educação encaminhou ao sindicato documento assinado pelo secretário Eduardo Deschamps e pelo coordenador Executivo de negociação e Relações Funcionais, Decio Vagas. No texto, as condições do governo para a retomada das negociações sobre o novo Plano de Carreira do Magistério Público Estadual. Entretanto, também na quinta-feira (30/04), a Procuradoria Geral do Estado (PGE) divulgou material informando que o Tribunal de Justiça (TJSC) autorizou o desconto dos dias parados de professores que aderiram à greve. A Secretaria divulga índice de adesão de 10%, enquanto o Sinte-SC estima em 30%. O desembargador Jorge Luiz de Borba, do TJSC, instruiu para sanções administrativas somente em caso de abusos por parte do movimento grevista. E recorreu à jurisprudência de instâncias superiores da Justiça para definir como “legítimo” o não pagamento dos professores grevistas, uma vez que houve a interrupção da prestação de serviços. “Com efeito, o contrário ensejaria enriquecimento sem causa por parte do servidor, aplicando-se, quanto ao tema, a mesma lógica inerente ao movimento paredista na iniciativa privada”, escreveu o desembargador.